

Poder-saber na Política Curricular do PROEJA: análise do curso FIC em Operador de Computadores no Instituto Federal do Tocantins, *campus* Araguaína

Resumo: Este artigo científico analisa os saberes presentes na política curricular do PROEJA, programa que integra a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Com enfoque no Plano de Curso do curso FIC em Operador de Computadores do Instituto Federal do Tocantins, *campus* Araguaína, a pesquisa adota uma abordagem metodológica baseada em análise bibliográfica e documental, embasada teoricamente em Michel Foucault. O objetivo central é compreender o funcionamento discursivo e as concepções de verdade que sustentam a relação poder-saber presentes nos documentos analisados. O estudo destaca a relevância do PROEJA como estratégia de inclusão social e acesso ao mercado de trabalho para jovens e adultos excluídos do sistema educacional. Os resultados revelam que os saberes do programa são influenciados por relações econômicas, políticas e culturais, evidenciando a integração curricular como uma arena de conflitos e disputas. Além disso, são discutidos o papel da resistência como estratégia de poder e a importância de considerar a diversidade de experiências e saberes dos alunos. Percebeu-se que o currículo do PROEJA atua como uma tecnologia de poder que regula os saberes e estabelece relações de dominação, mas também encontra resistência por parte dos sujeitos envolvidos, destacando a necessidade de uma abordagem educacional inclusiva e democrática.

Palavras-chave: currículo; PROEJA; poder-saber.

Janderson Henrique Mota de Sousa

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

henrique.janderson@gmail.com

Sônia Eduardo de Moraes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)

sonia.morais@ifto.edu.br

Power-knowledge in the Curricular Policy of PROEJA: analysis of the FIC course in Computer Operator at the Federal Institute of Tocantins, *Araguaína campus*

Abstract: This scientific article analyzes the knowledge present in the curricular policy of PROEJA, a program that integrates Professional Education with Basic Education in the Modality of Youth and Adult Education. With a focus on the Course Plan of the FIC course in Computer Operator at the Federal Institute of Tocantins, *Araguaína campus*, the research adopts a methodological approach based on bibliographic and documentary analysis, theoretically grounded in Michel Foucault. The central objective is to understand the discursive functioning and the conceptions of truth that underlie the power-knowledge relationship present in the analyzed documents. The study highlights the relevance of PROEJA as a strategy for social inclusion and access to the labor market for young people and adults excluded from the educational system. The results reveal that the program's knowledge is influenced by economic, political, and cultural relations, evidencing curricular integration as an arena of conflicts and disputes. Additionally, the

role of resistance as a power strategy and the importance of considering the diversity of students' experiences and knowledge are discussed. It is noted that the PROEJA curriculum acts as a technology of power that regulates knowledge and establishes relations of domination, but also encounters resistance from the individuals involved, highlighting the need for an inclusive and democratic educational approach.

Keywords: curriculum; PROEJA; can-know.

Poder-saber en la Política Curricular de PROEJA: análisis del curso FIC de Operador de Computadoras en el Instituto Federal de Tocantins, campus Araguaína

Resumen: Este artículo científico analiza los conocimientos presentes en la política curricular del PROEJA, un programa que integra la Educación Profesional con la Educación Básica en la Modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos. Con un enfoque en el Plan de Curso del curso FIC en Operador de Computadoras del Instituto Federal de Tocantins, *campus* Araguaína, la investigación adopta un enfoque metodológico basado en análisis bibliográfico y documental, fundamentado teóricamente en Michel Foucault. El objetivo central es comprender el funcionamiento discursivo y las concepciones de verdad que sustentan la relación poder-saber presentes en los documentos analizados. El estudio destaca la relevancia del PROEJA como estrategia de inclusión social y acceso al mercado laboral para jóvenes y adultos excluidos del sistema educativo. Los resultados revelan que los saberes del programa están influenciados por relaciones económicas, políticas y culturales, evidenciando la integración curricular como un escenario de conflictos y disputas. Además, se discute el papel de la resistencia como estrategia de poder y la importancia de considerar la diversidad de experiencias y conocimientos de los estudiantes. Se observa que el currículo del PROEJA actúa como una tecnología de poder que regula los saberes y establece relaciones de dominación, pero también encuentra resistencia por parte de los sujetos involucrados, destacando la necesidad de un enfoque educativo inclusivo y democrático.

Palabras clave: plan de estudios; PROEJA; poder-saber.

Introdução

Séculos das luzes, tempo das grandes construções para o pensamento científico ocidental. A ciência como triunfo da razão e da lógica, sob essas e outras formas de saberes que constitui o homem da modernidade que o filósofo Michel Foucault realizou várias teorizações acerca das relações de poder-saber e da produção de verdades. Isso como uma busca de compreender o que ensinaram as condições que nos levaram a ser quem somos hoje. Nessa esteira, buscamos empreender os caminhos que a educação formal utiliza para produzir e, também, constituir os sujeitos por meio dos seus discursos produzidos como verdades.

Buscamos, assim, analisar os saberes presentes na política curricular proposta no PROEJA, tomando como objeto de análise o Projeto Político de Curso (PPC) do curso formação inicial e continuada (FIC) em Operador de Computadores na modalidade PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *campus* Araguaína. Interessar-nos-á compreender como ocorre o funcionamento discursivo proposto neste currículo e quais concepções de verdade esteia a relação poder-saber que são constantes nas teorizações foucaultianas e que podemos utilizar para compreender a relação nestes dois documentos.

Utilizamos como base metodológica a análise bibliográfica e documental, especificamente o Documento Base do PROEJA (2007) e o PPC do curso já mencionado, bem como inscrição teórica, o pensamento do filósofo Michel Foucault e, para tematizar com a modalidade da EJA, os documentos referenciais. Para fazer a aproximação histórica com esses saberes curriculares, mobilizamos os conceitos de “verdade”, “poder” e “saber”. Buscamos compreender como o sujeito dessa localidade é visto e pensado e como sua realidade de vida é considerada por esses documentos, especificamente, entender como estes dispositivos institucionais, o Documento Base (2007) e o PPC, podem vir a fornecer condições para uma participação social e inclusiva que nem sempre está presente nos discursos que atendem à demanda desse público.

Assim, partimos de três problemáticas: quais condições que ensejaram a criação dessa política pública nacional do PROEJA? Em que medida os saberes inscritos no PPC do PROEJA apreendem a concepção de educação para a participação dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando seus diferentes saberes? De que modo essa base curricular oferece as condições para integração técnica e contribui para o efetivo exercício da cidadania?

Para tanto, objetivamos pensar esse sujeito do presente a partir desses documentos, analisando como seus enunciados os definem, os aplicam e como, por esses discursos, esses sujeitos são reconhecidos e transformados pelo sistema educacional na modalidade da EJA.

Por discurso, compreendemos, tal qual Foucault, (2017a, p. 131) como um “[...] conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. Esse sistema pensado aqui vai definir as práticas e possibilidades de utilização e da apropriação

oferecida pelo discurso, para dizer quem é o sujeito da EJA e como são reconhecidos na política nacional e local de educação.

Situando a questão

A formação dos saberes presente na política curricular do PROEJA tem como princípio básico oferecer cursos que proporcionem formação profissional com escolarização para aqueles que, por questões diversas, de ordens sociais, econômicas, culturais e familiares, não tiveram oportunidade de acesso e permanência na faixa etária esperada, conforme recomendado na legislação educacional brasileira.

A EJA, nesse sentido, volta a atenção para atender a esse público que, como já dito, ficou fora do processo escolar, e a política que apoia esse retorno foi conquistada após longos períodos de lutas e reivindicações. A EJA como modalidade de ensino precede o que hoje é proposto pelo PROEJA, porém, esse programa conta com o acréscimo de oferta da formação profissional. Essa política tem sua origem nos Decretos de Lei nº 5.478/05 e 5.840/06, que tiveram, dentre outros objetivos, a redução dos altos índices de analfabetismo total e/ou funcional do país, bem como promoção do indivíduo para sua inclusão no mercado de trabalho.

O PROEJA é um programa que visa inserir jovens e adultos na formação profissional, no intuito de que tal prática faça uma reparação histórica do período de exclusão¹ e interdições do sistema educacional. Mas, sobretudo, insira esses sujeitos economicamente de forma a possibilitar um acesso ao mercado de trabalho. Pois este mercado necessita de mão de obra que domine novos saberes, que desempenhe as funções que demandam a rota do capitalismo.

Para Haddad e Di Pierro (2000, p. 126), alguns fatores contribuíram para essas condições de exclusão desse público, como, por exemplo, “a estruturação tardia do sistema público de ensino brasileiro; [...] [as] mazelas e os equívocos das políticas educacionais [...]” que não constituem esclarecimentos suficientes para elucidar as causas da insistente e persistente elevação dos índices de analfabetismo absoluto e funcional do país. Mas, foram condições como esta que, talvez, tenham contribuído para esses afastamentos, e quando novos regimes surgem, é preciso adequar às novas condições, em que os discursos econômicos voltam para a o campo educacional. Podemos pensar então o PROEJA como uma estratégia de reparação, mas, talvez,

1 Exclusão “consiste em processos de desestabilização, como a degradação das condições de trabalho ou fragilização dos suportes de sociabilidade”. (CASTEL, 2013, p. 53)

como pano de fundo da questão, ou seja, pensar o sujeito necessário às novas demandas econômicas.

O programa apresenta uma tríade: a oferta do ensino básico, a formação técnica profissional, aliada à modalidade de EJA. Estas três condições se dão como táticas para exercer essa modalidade de ensino. Juntas, vão se articular para produzirem os saberes preconizados para o PROEJA, formando, assim, uma rede discursiva, entrelaçada por relações de poder-saber.

Para Foucault (2014), o saber segue avanços do poder, descobrindo novos objetos do conhecimento sobre todas as superfícies nas quais o poder é exercido. Foucault (2014, p. 31) destaca que “[...] não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos de lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento”.

Compreendemos que os saberes desses programas foram agenciados por relações econômicas, políticas e culturais, de modo a atender a esse público. É pensar o poder produzindo saber que se correlata nesse campo específico da educação, porém essa relação não é passiva, ela demanda em campos de lutas, de resistências, uma vez que, para Foucault (2017b) o saber produz poder.

Para compreender essa rede constitutiva do poder-saber, é preciso circunstanciá-las. A primeira que vamos nos ater é a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, seguida na mesma formação discursiva pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB nº 9.394/96. Em segundo, vamos situar o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB) 11/2000 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2000, juntas, determinarão os saberes para a EJA, documentos primeiros criados para atender a essa modalidade.

E, por último, o Decreto nº 5 840/06 que delibera sobre a educação profissional técnica de nível médio na modalidade EJA, do modo como a conhecemos hoje. Ainda é preciso situar o local desse ensino, inicialmente articulado à rede federal de ensino, devido a sua estrutura física e logística, mas também pelo histórico organizacional de referência na oferta e na formação para a educação profissional.

A rede federal de ensino foi o local principal para o desenvolvimento inicial do PROEJA, deste modo, nos sentimos autorizados a propor a análise do PPC do curso FIC Operador de

Computadores, em uma instância federal. Buscamos compreender como relaciona o Documento Base no funcionamento discursivo em um currículo local.

Iniciamos por buscar uma aproximação histórica dos saberes curriculares como política educacional. Mobilizamos nesse primeiro movimento o conceito de verdade. Para Foucault (2017b, p. 54) “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzam”. De acordo com esse filósofo, seria afirmar que esta relação está imbricada nos regimes de verdade inscritos nas instâncias legais a que mencionamos anteriormente.

No entanto, ao deliberar a finalidade da educação indicada no programa, bem como as concepções e princípios pensados para esta modalidade, não podemos deixar de considerar a perspectiva do currículo integrado. Em consonância a este contexto, está o crescimento econômico e o advento das novas tecnologias. Esse mercado de trabalho passou a exigir maior especialização em mão de obra, de modo que os trabalhadores precisam se adequar, ajustar-se ao sistema, de maneira que sejam capazes de tomar decisões e se posicionar frente aos novos maquinários surgidos desde o advento da Revolução Industrial e da Era da Tecnologia da Comunicação e da Informação (TIC).

No entanto, apesar da universalização do acesso ao ensino fundamental, há ainda imenso contingente de jovens que demanda a Educação de Jovens e Adultos diante das exigências do mundo do trabalho formal, que cobra certificações e comprovações de escolaridade formal, em virtude das novas tecnologias e da globalização que demandam mão de obra qualificada. (SANTOS; GROSSI, 2010, p. 61)

Ao considerar o discurso do PROEJA e a inclusão da modalidade da EJA, esses saberes vêm atravessados² no currículo. É uma condição que vai possibilitar, conforme esperado e expresso no Documento Base, a articulação de diferentes saberes. Assim, a integração da organização curricular reflete como se construíram as relações entre os saberes, como se estabelece o diálogo entre os níveis e modalidades da EJA propostos pelo programa.

A integração curricular é campo de relações tensivas, de disputas, de conflitos e ensejam algumas implicações. Conforme podemos entrever, na esteira de Foucault (2017b),

2 Entende-se esse atravessamento pela via do Parecer CNE/CEB 11/2000, que preconiza como importante considerar os diferentes saberes desse público, uma vez que suas constituições são de uma relação com o mundo e com o mercado de trabalho, o que implica um olhar diferenciado sobre as coisas da existência, ou seja, a valorização dos seus diferentes saberes.

quando pensamos este currículo como produção de verdades, entendemos por essa compreensão que o currículo funciona com procedimentos que regulam a sua produção, a sua circulação e o seu conjunto de saberes que serão enunciados nos conteúdos, na sala de aula pelo professor, e funcionam dentro de um conjunto de regras que, neste caso, são definidas pelo PPC do curso. E, dada a sua função de regular os saberes para determinadas formações, neste caso de pessoas, que já trazem uma relação de vivência com o mundo, esse instrumento é uma tecnologia, uma prática dos saberes aplicados aos sujeitos como meios de estabelecer essa relação de domínio.

Esse é um discurso político e, como tal, nos permite pensar esse sujeito social e economicamente produzido de tal modo, que as orientações curriculares serão reguladas por dispositivos legais. Isso implica em técnicas para os novos “regimes discursivos”³ no saber educacional. Por este motivo ocorre, não somente em termos de leis, mas em termos de poder. E esse modo de regular os saberes pode implicar pontos de resistências, ao se deparar com os saberes que esses alunos já trazem de sua relação com o mundo. Por resistência foucaultiana podemos entender algo que não vem de fora, mas está diretamente ligado às estratégias de poder, “se não houvesse resistência, não haveria poder”. (CASTRO, 2016, p. 387)

E um fato que é importante pensar, quando se fala em educação, é para quem é esse ensino? Em uma visão ampla do programa, podemos afirmar que são para aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade esperada. Mas é também para trabalhadores, para sujeitos marcados por sua historicidade, por sujeitos que se encontram imbricados no tecido social, como agente ativo político e economicamente que age localmente, e que retorna ao sistema por condições impostas, muitas vezes pelo próprio trabalho.

Nessa produção, estão intrinsecamente ligados: o sistema, o currículo, o professor e sua didática, os alunos e todas as relações de vigilância e controle para garantir que esse currículo forneça as condições para o ensino fluir conforme determinado.

Ao lançarmos a análise do projeto local, o fazemos cientes de que esse documento norteia a formação e o saberes curriculares ofertados em uma FIC. E o faz à luz do eixo da comunicação e informação, mas também articulado à base nacional das políticas pensadas a esse grande público. O que de fato propomos é fazer

3 Por “regimes discursivos”, entendemos aqueles discursos que compõe as bases legais, e são reguladas por dispositivos, neste caso do PROEJA, as Diretrizes Curriculares da EJA, o Documento Base (2007) e o PPC do curso abordado.

aparecer algumas suspeitas, colocar em evidência o modo como se dá o funcionamento discursivo de um dispositivo curricular do qual, como docentes, fazemos parte.

Análise das bases discursivas do PROEJA-IFTO/*campus* Araguaína

A rede de ensino tal qual conhecemos hoje como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi criada em 2008, basicamente mantendo a estrutura das Escolas Técnicas federais, conforme Lei nº 11.892/2008, que cria os institutos. Com a estruturação de uma educação voltada para a formação profissional, nesse sentido, encontramos o PROEJA inserido nesse espaço. Os alunos desta modalidade vão retornando à estrutura educacional vigente e, dentre estas estruturas, temos o IFTO, *campus* Araguaína.

Esta instituição tem seus cursos vinculados aos eixos da saúde e informática. No caso do PROEJA, a ênfase se dá na informática pelo eixo da comunicação e informação. Partimos do fato em que consideramos o currículo como uma construção histórica, situada no tempo e no espaço e tecida por relações de poder-saber. Como construção curricular atende ao funcionamento discursivo da sociedade que o formula. As formas que ele assume, obedecem a discursos diversos, sendo que nessa condição, esse currículo assume a perspectiva de formação em que pautará os saberes que serão atravessados na vida desses alunos, pela via das disciplinas de base comum e as disciplinas de base técnicas na área da informática.

Ao levar em consideração essa especificidade de oferta, é preciso considerar o perfil do público que será atendido, bem como entrever seus nichos de trabalho. Ao ponderar idade, o nível de escolaridade e os tipos de empregos que são ofertados localmente, pressupomos que grande parte desses alunos exerçam funções na área da agroindústria, na agropecuária, na prestação de serviços, no comércio, entre outros. Constatação que pode ser feita pelo que salienta o Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE):

Araguaína é a principal cidade do norte do Tocantins e a segunda maior do Estado. A economia da cidade é apoiada basicamente na área de serviços e na agroindústria. A cidade é cercada de grandes, médias e pequenas fazendas, que impulsionam o desenvolvimento econômico através da agricultura e da pecuária. Também conta com o DAIARA –

Distrito Agroindustrial de Araguaína – que possui diversas indústrias e dispõe de 3 Frigoríficos de referência nacional: o Bertin, o Minerva e o Boiforte. (ARAGUAÍNA, 2013, p. 15)

Ao considerar essa demanda econômica local (serviços da agroindústria), nota-se que o público dessa pesquisa, em idade de produção econômica, em sua grande maioria, pode estar ligado a estes setores. São sujeitos que retornam ao sistema educacional para atingir essa escolaridade mínima exigida no mercado econômico e, muitas vezes, até como condição de exigência para permanecer no emprego que se encontram.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019 Araguaína apresentava uma população estimada de 180.470 habitantes. (IBGE, 2019) Deste total, 34,4% dos habitantes vivem com rendimento nominal mensal *per capita* de meio salário mínimo. Em face de situarmos ao menos superficialmente a realidade do possível público dessa modalidade de ensino, alguns pontos devem ser esclarecidos para compreendermos o funcionamento desse projeto. Por que este curso no eixo tecnológico e não outro, por exemplo, ligado a área da agropecuária?

O próprio documento argumenta: são “[...] trabalhadores que, por não dominarem essas técnicas, acabam não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho, ou encontram obstáculos para seu progresso profissional”. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013, p. 9) Ou seja, podemos aqui enxergar relações de poder. Uma relação que permite no currículo comportar o lugar de falar pelo outro. Isso ocorre por meio de estratégias, meios de convencer em face de argumentos como estes.

[...] Estimulada por um crescente consumo generalizado, fez com que os microcomputadores dominassem a maioria absoluta das operações inerentes ao mundo produtivo, seja na indústria, no comércio, na prestação de serviços, ou até no campo, torna-se imperativo que qualquer profissional, independente da área em que atue, consiga adquirir uma bagagem de conhecimentos tecnológicos para que atinja a eficiência exigida pelo mercado de trabalho. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013, p. 4)

O documento ainda justifica que foram sujeitos que “[...] ficaram apartados do acesso a essas tecnologias computacionais

e que, portanto, enfrentam sérias dificuldades no trato desses instrumentos de comunicação/informação, seja no dia a dia e, principalmente, no ambiente de trabalho”. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013, p. 4) Ao analisar, por meio das teorizações foucaultianas, pode-se dizer que esse é um efetivo exercício de poder, que se manifesta por meio de táticas e de estratégias para fazer funcionar os seus saberes. Esse processo, como afirma Apple (2011), é sempre a seleção e a escolha de alguém. E no espaço em que há os atores que podem escolher pelo outro, falar por ele, a proposta do curso em pauta atua, especificamente, sobre a comunidade escolar do PROEJA em Araguaína.

Ao pensar a existência de tais cobranças por parte do mundo profissional é inerente a não extensão ao campo educacional, uma vez que são relações imbricadas. Fica, no entanto, o alerta emitido por Apple (2011, p. 50) “[...] que as metas das empresas e das indústrias se tornem os objetivos principais, senão os únicos objetivos da formação escolar, então a questão ganha ainda maior relevância”. Ao salientar esse pensamento, não implica dizer que não estamos sensíveis às preocupações preconizadas nestes documentos quanto à formação profissional. O que tentamos fazer é apontar como o funcionamento do poder age, como os saberes atuam, em como essas relações são dependentes e emaranhadas. E dada à peculiaridade possível para esse público, outros saberes podem não ter a mesma singularidade no tratamento, saberes que de fato estejam ligados à sua realidade de vida.

Em face de atender aos discursos econômicos, vimos uma aproximação histórica desses dois documentos. Podemos dizer que, ambos buscam formar, corrigir uma distorção de idade-série e inserir profissionalmente os alunos – que não concluíram seu percurso escolar em idade apropriada e estão marginalizados do sistema –, nesse caso específico, nos avanços tecnológicos. São orientações, que na organização curricular, ocorrem na perspectiva de um currículo integrado, o que se entende por uma organização científica e tecnológica composta pelas áreas de conhecimento do curso, tendo em vista que esses conteúdos devem dialogar uns com os outros por meio das áreas de conhecimentos.

É interessante que esse projeto orienta para que o currículo seja desenvolvido a partir do contexto das vivências dos alunos, considerando suas especificidades, de modo que a aprendizagem

venha a ser significativa. A metodologia de ensino ainda é orientada na perspectiva de uma relação dialógica com os temas geradores⁴ e que ocorram conforme o proposto pelo educador brasileiro Paulo Freire. O documento define assim seu público-alvo:

O público são [sic] de trabalhadores, pais, mães, donas de casa que, por razões diversas, entre elas, cansaço, falta de tempo para estudar acabam por evadir do sistema, e precisa [sic] ser dadas as condições para sua permanência. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013, p. 20)

4 Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987), no capítulo II, sugere uma metodologia de ensino sistematizada a partir de temas geradores, temas de vivências dos alunos, o educador expõe algumas etapas necessárias para atingir ao objetivo do educar, dada a linha do seu pensamento, para um trabalho dialógico, conscientizador e libertador.

Estas informações nos permitem pensar que essa relação pode ser tensiva, uma vez que se tornam complexas a integração básica e técnica de ensino, propostos no currículo. Essa concepção intensifica-se mais ainda, ao considerar a relação com um público tão diverso, inserido numa relação já constituída de saberes, de sua relação já marcada de afetos em sua relação com o mundo. Mas, também, como docente desse público, não há como desconsiderar os inúmeros desafios ao exercício dessa função.

E o desafio em realizar a educação de modo que contribua para o efetivo exercício da cidadania, conforme discursivamente aparece nos documentos bases, tanto do PROEJA quanto do curso PPC, ainda persiste. O que entendemos por essa cidadania é aquele sujeito inserido social, política e economicamente, podendo ser participante em seu processo de escolha, de seleção, de construção histórica do meio em que vive.

Essa estrutura organizacional do currículo é produto de um sistema político do corpo, “[...] é um investimento que não tem a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação”. (FOUCAULT, 2017b, p. 236) O sujeito da EJA, nesse sentido, não deve mais ser o excluído, o reprimido, conforme fora em outras épocas. A nova política discursiva diz que esse sujeito deve ser reparado, estimulado, para que sejam dadas as condições para que atenda ao sistema escolar, dentro de um controle-estimulação de permanência. O projeto orienta ainda que tanto a equipe pedagógica quanto os docentes conduzam um acompanhamento diário, de modo que a “ênfase seja dada aos educandos e não às suas faltas”. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2013, p. 20)

Além das peculiaridades nacionais, o PPC deve compreender o público de atendimento, as características locais, as diversidades

e pluralidades. É lidar com a contingência de múltiplos saberes, com diferentes estilos cognitivos e de aprendizagens, situação que pode ser complexa e desafiadora no sentido de organizar o processo pedagógico, devendo ater-se em muitos olhares, desde o estrutural à formação docente até a concepção de ensino que se pensa formar para que atenda as prerrogativas da base do programa.

A proposta pedagógica, ao definir os saberes, os conteúdos, tanto da educação básica quanto os da educação profissional, o faz na base de um conhecimento científico. Essa condição de saberes não se dá no campo do confronto, é no consenso, é no controle-estimulação que se dá. Nem sempre essa política é eficaz, uma vez que essa modalidade logra altos índices de evasão e desistência, o que podemos considerar, quem sabe, não ser também uma forma de resistência ao sistema, por não garantir a consideração devida aos saberes que trazem de sua relação com o mundo.

Considerando o que foi proposto no presente trabalho, concluímos por afirmar que a política proposta pelo PPC está aliada aos discursos interligados no PROEJA, uma formação em que considera o momento tecnológico que passa na sociedade. Aparece como discurso que orienta para uma concepção de educação que conceba o aluno em sua assunção subjetiva e valorativa dos seus saberes.

O PPC leva a bom termo essa consideração, mas não podemos deixar de observar que o faz na condição do proposto pelo projeto, de modo que os alunos sejam mantidos no sistema. Não de forma que suas relações com o mundo sejam de fato protagonizadas. Falamos por não considerar que a presença seja de fato relevante, tendo em vista que não pode haver esta formação se o sujeito não se fizer presente; acreditamos que, se for o caso, devemos buscar estratégias para que o ensino seja significativo para mantê-los.

Quanto a percebermos as reais condições para o efetivo exercício da sua cidadania, não arriscamos afirmar do modo como compreendemos, uma vez que para ser participante do processo é indispensável ser e estar presente. Uma vez que se levado a bom termo, o que esperamos por um efetivo exercício de cidadania é de um sujeito que atue em seus espaços de direitos e deveres e que, por meio da participação, possa ser e fazer a mudança. É difícil, mesmo na atualidade com toda a gama de teorias, superar o pensamento universal e igualitário da educação. É um cenário complexo, ainda mais se tratando de uma formação profissional, o saber-fazer já é a prática em si da formação.

Dentro dessa realidade, os sujeitos que são produzidos entram no jogo enunciativo/discursivo das políticas educacionais. É difícil definir o que é só o discurso institucional, do sujeito propriamente dito, do sujeito concebido por toda sua constituição. Sabemos ser uma estratégia do sistema educacional a tentativa de homogeneização. É comum na educação pensá-los como um corpo a ser moldado e definido pelas políticas de reparação, quase esquecido. O acesso à educação pode ainda ser compreendido desatentamente como bondade política, mas é dever, é obrigação constituída legalmente, uma vez que, como construção, o sistema educacional é feito, e se for numa concepção de educação libertadora, essa mudança pode vir a ser promovida pelos próprios sujeitos que a recebem.

Considerações finais

A análise da política curricular proposta no PROEJA, especificamente no curso FIC em Operador de Computadores, revelou a relação entre poder-saber e a produção de verdades presentes nesses documentos. O PROEJA surgiu como uma estratégia para inserir jovens e adultos no mercado de trabalho, oferecendo formação profissional aliada à EJA. Essa política foi impulsionada pela necessidade de reparação histórica e pela demanda por mão de obra especializada.

Os saberes presentes no currículo do PROEJA foram influenciados por fatores econômicos, políticos e culturais, visando atender esse público específico. A relação entre poder e saber se manifesta nesse contexto, em que o poder produz saber e os processos de luta estão presentes. A legislação educacional brasileira, como a Constituição Federal, a LDB e decretos específicos, desempenha um papel importante na definição dos saberes para a EJA.

A integração curricular é uma característica central do PROEJA, permitindo a articulação de diferentes saberes e estabelecendo um diálogo entre os níveis e modalidades da EJA. No entanto, a integração curricular também gera tensões, disputas e conflitos, uma vez que regulamenta a produção e circulação dos saberes. O currículo se configura como uma tecnologia que regula os saberes e estabelece relações de domínio.

Em suma, a análise da política curricular do PROEJA evidenciou a relação entre poder-saber, produção de verdades e a

integração curricular. Essa política busca atender as demandas dos jovens e adultos excluídos do sistema educacional, proporcionando formação profissional e possibilitando sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, é necessário estar atento às tensões e resistências presentes nesse processo, bem como à importância de considerar a diversidade de saberes e experiências trazidos pelos sujeitos da EJA.

Referências

ARAGUAÍNA. Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. *Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE)*. Araguaína: Prefeitura Municipal de Araguaína, 2013. Disponível em: <https://aux.araguaína.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.

APPLE, M. W. Repesando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 39-58.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos: educação profissional técnica de nível médio*. Brasília, DF: MEC, 2007. [Documento base].

BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 121, p. 4, 27 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: 3 maio 2020.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 134, p. 7, 14 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. Acesso em: 3 maio 2020.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 3 maio 2020.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (org.). *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. rev. amp. São Paulo: EDUC, 2013. p. 15-46.

- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Parecer CNE/CEB n. 11/2000*. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 3 maio 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Resolução CNE/CEB n. 01, de 5 de julho de 2000*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.
- IBGE. *Brasil em síntese: panorama das cidades [Araguaína]*. Brasília, DF, c2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em: 3 maio 2020.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Projeto Pedagógico do Curso: Operador de Computadores*. Araguaína: IFTO, 2013. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-araguaina/curso-de-formacao-inicial-e-continuada-em-operador-de-computador-integrado-ao-ensino-medio/ppc-fic-operador-computador-integrado-ensino-medio-campus-araguaina.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.
- SANTOS, A. J.; GROSSI, M. G. R. Conhecendo o PROEJA: análise do documento-base da educação profissional. *Educação & Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 60-74, set./dez. 2010.

Submetido em: 15 fev. 2021.
Aceito em: 08 jun. 2023.